

EMMANUEL LE ROY LADURIE E A VISÃO DE HISTÓRIA DOS ANNALES*

*Tiago de Melo Gomes***

Resumo. O presente artigo estuda a obra de Emmanuel Le Roy Ladurie como forma de avançar na compreensão de duas questões relativas à tradição dos *Annales*: a abordagem da história política e a maneira pela qual a escola articulou os diversos elementos do todo social (econômico, demográfico, social, etc.).

Palavras-chave: Historiografia francesa; Escola dos *Annales*; Emmanuel Le Roy Ladurie; história política.

EMMANUEL LE ROY LADURIE AND THE ANNALES SCHOOL CONCEPT OF HISTORY

Abstract. This article focuses on Emmanuel Le Roy Ladurie's *oeuvre* as an effort to further the understanding of two central issues to the *Annales* school: the approach of politics and the way in which the school articulated the different elements of society (economics, demography, social, etc.).

Keywords: French Historiography; *Annales* School; Emmanuel Le Roy Ladurie; Politics.

EMMANUEL LE ROY LADURIE Y LA VISIÓN DE HISTORIA EN LA ESCUELA DE LOS ANNALES

Resumen. El presente artículo estudia la obra de Emmanuel Le Roy Ladurie como una forma de avanzar en la comprensión de dos cuestiones relativas a la tradición historiográfica de la Escuela de los Annales: por un lado, el abordaje dado a la historia política y, por otro, la manera en que la Escuela entrelazó los diversos elementos del todo social (económico, demográfico, político, etc.).

Palabras Clave: Historiografía francesa; Escuela de los Annales; Emmanuel Le Roy Ladurie; Historia Política.

* Artigo recebido em 11/5/2007 e aprovado em 7/3/2008.

** Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

INTRODUÇÃO

Emmanuel Le Roy Ladurie é um dos autores mais importantes dos *Annales*, tendo muito cedo adquirido preeminência na historiografia francesa: discípulo favorito de Fernand Braudel (sendo por isso chamado de **delfim**) (BURKE, 1991)¹, publicou obras como *Os Camponeses do Languedoc*, *Le Territoire de l'Historien* e *Montaillou* e tornou-se referência obrigatória quando se fala da historiografia a partir dos anos 1960.

O presente artigo estuda sua obra, estando particularmente interessado em duas questões relativas à concepção de história dos *Annales*. A primeira é a história política. Desde Bloch e Febvre, o grupo combateu a tradicional história de reis, batalhas e tratados, dando destaque para o econômico, o social e o mental, argumentando de forma convincente que mesmo reis e batalhas poderiam ser estudados de forma mais ampla. Jacques Le Goff pode ser visto como representativo da visão do grupo quando afirma: “Eu de fato via como o que se começava a chamar de representações, o imaginário, o símbolo, era um componente essencial da história política” (1998, p. 109; para exemplos dessa postura, ver Bloch, 1999 e Duby, 1993a e 1995).² No entanto, por mais que suas imagens e representações tenham sido importantes, o fato é que reis e batalhas realmente existiram. Como os *Annales* os tematizaram sem recorrer às fórmulas da historiografia tradicional?

Outra questão é a hierarquização dos processos sociais. Os *Annales* sempre atacaram o que chamam de **esquemas pré-concebidos**, em especial o marxismo, que consideram aprisionar a realidade em uma determinação do fator econômico. Em troca propõem a idéia de múltiplas causalidades, sem que qualquer elemento seja responsável **em última instância** (DOSSE, 1992; DUBY, 1993b; FEBVRE, 1989; LADURIE, 2004; LE GOFF, 1992, 1998, 1999 e 2001; MARROU, [19--]; REVEL, 1989): “as instâncias socio-econômico-mentais se determinam reciprocamente e a história é explicada por múltiplos fatores” (REIS, 1998, p. 84).

¹ O mesmo autor ainda afirma que Ladurie, “por consenso, é o mais brilhante dos discípulos de Braudel” (1991, p. 75).

² Stoianovich (1976) inclui *A Sociedade Feudal* de Marc Bloch nessa lista, o que me parece abusivo, conferir em Bloch (1987).

A tese é sedutora e busca uma visão mais complexa da história, mas pouco se tentou explicar como funcionaria na prática. Esses fatores se inter-relacionariam sem nenhum tipo de hierarquia? Alguns levaram o argumento ao extremo, descartando a própria idéia de **causa** e substituindo-a pela de “desenvolvimentos coordenados”, em que todos os elementos se influenciam simultaneamente (MARROU, [19--], p. 163). Le Goff, por seu lado, ao criticar o determinismo marxista, oferece a seguinte alternativa:

Há efetivamente estruturas, como mostrou Braudel, na ‘longa duração’, em que umas evoluem muito lentamente, outras mudam rapidamente segundo a conjuntura, e outras ainda se transformam com rapidez no nível dos acontecimentos. Mas em todos esses níveis existem, deve ser apreendido e explicitado, um misto de aspectos fundamentais, uma mistura relativamente estruturada que o historiador deve poder chegar a analisar (1998, p. 151).

Está claro que em termos lógicos a afirmação acima é vazia: a existência de temporalidades diferentes em nada se opõe à hierarquização dos fenômenos sociais³, de modo que a questão continua em aberto. Os *Annales* não teriam, no mínimo, dado preferência a um tipo de fator explicativo para as transformações históricas? Em caso afirmativo, essa preferência não a configuraria como uma forma de **esquema pré-concebido**? Ladurie parecia estar consciente dessa problemática, e buscou responder a ela:

[...] é em primeira análise na economia, nas relações sociais, e mais profundamente ainda nos fatos biológicos, muito mais que na luta de classes, que é preciso buscar o motor da história massiva, ao menos durante o período que estudo [...] (1974, p. 675).

A passagem parece não ter grandes novidades, pregando a recusa do marxismo e a ênfase na história econômica e social e nos fatos biológicos para compreender a história das pessoas comuns.⁴ Uma

³ Até porque, como bem nota Stoianovich (1976), o modelo braudeliano das temporalidades não traz maiores contradições com a visão de Marx, tendo sido acolhido com entusiasmo por diversos historiadores marxistas.

⁴ A passagem referenda a visão de Stone (1979), segundo a qual os historiadores dos *Annales* dos anos 1950 e 60 teriam seguido o que chama de **modelo ecológico-demográfico**.

expressão, no entanto, chama a atenção: **mais profundamente ainda nos fatos biológicos**. Ladurie parece indicar uma primazia do biológico sobre o econômico e o social quando se trata de entender a **história massiva**. Não seria isso um esboço de um esquema, do mesmo tipo que origina críticas ao marxismo? Tanto mais que pouco à frente afirma que “O modelo que evoco aqui é então, em poucas palavras, eco-demográfico e factual” (LADURIE, 1974, p. 680).⁵ Ladurie agora fala explicitamente de um sistema de hierarquização que chega a chamar de **modelo**. Sua obra seguiria coerentemente o modelo acima proposto?

Se pensarmos em suas obras metodológicas, não pode haver dúvida de que sim. No mesmo trabalho, argumenta que o período situado entre 1300 e 1700 é marcado por uma estagnação econômica européia, que tem causas climáticas e demográficas: pestes, epidemias, guerras, fome, falta de higiene, mortalidade infantil, casamentos tardios (LADURIE, 1974). Assim, uma estrutura econômica, social e mental de longa duração teria como causa, **em última instância**, os fatores climáticos e principalmente demográficos:

As grandes flutuações da economia [...] são filhas, no longo termo, dos grandes sobressaltos demográficos, o que quer dizer, no fim das contas, e consideradas todas as mediações, que elas derivam da biologia, e do ritmo da agressão microbiana (LADURIE, 1974, p. 689).

Ladurie (1973) não oculta que trabalha com um sistema hierarquizado, no qual os fatores ecodemográficos são a causa das transformações econômicas e sociais. Em outra obra, atribui os momentos de expansão agrícola na França à expansão demográfica, e as retrações, ao despovoamento. Ao falar das novas técnicas que facilitaram a expansão do século XI, observa que

A adoção e utilização geral dessas novidades [...] teria sido impossível, se elas não tivessem sido amparadas após o ano mil por uma grande corrente de fecundidade humana e econômica, de alta demográfica [...] (LADURIE, 1973, p. 147).

No mesmo sentido, outra obra aponta a peste-africana como causa para o despovoamento que levou ao declínio econômico da Europa

⁵ Fica difícil, à luz dessas palavras, entender por que Stoianovich (1976) vê uma relutância de Ladurie em dar proeminência ao clima em suas explicações.

no segundo terço do primeiro milênio (LADURIE, 1989, p. 43). Note-se, portanto, que todas as explicações sempre levam a questões ecodemográficas e nelas param, configurando seu papel decisivo de última instância explicativa. Assim, as considerações metodológicas de Ladurie apontam consistentemente para um modelo no qual fatores ecológicos e demográficos estão na ponta de uma cadeia de determinantes, levando consigo o social, o econômico, o mental e demais aspectos sociais. Essa cadeia hierarquizada apareceria com tal coerência em suas obras empíricas?⁶

A OBRA

Nesta seção se buscará uma análise dos esquemas explicativos de duas obras clássicas de Emmanuel Le Roy Ladurie: *Os Camponeses do Languedoc* (versão completa, 1966) e *Montaillou* (1975). O objetivo é perceber se estas obras seguem os princípios enunciados em suas obras metodológicas, em especial no que tange à hierarquização dos fenômenos sociais e ao desinteresse pela história política.

Os Camponeses do Languedoc se abre com uma primeira parte inteiramente centrada em fatores econômico-demográficos, sendo a questão populacional sempre determinante em última instância. A recuperação demográfica ao longo do século XVI (após a baixa que se seguiu à peste negra) teria tido como consequência o aumento do número de proprietários, levando a um retalhamento e diminuição da quantidade de terras, enquanto uns poucos capitalistas rurais iniciavam sua acumulação a partir da depreciação dos salários, sem um aumento na produtividade. O camponês perdia então duplamente: com a diminuição das terras e com o arrocho salarial, visto que muitos deles dependiam das duas fontes de renda simultaneamente. Mas a “determinação em última instância” é clara: “Que exprime, no fundo, esta dupla pauperização e não ser a solução radical dada pela história ao dilema malthusiano? A população cresce e o produto marca passo” (LADURIE, 1997a, p. 145).

A segunda parte tem características clássicas de história social, sendo claro que o social se constrói a partir do econômico, por sua vez gerado pelo demográfico:

⁶ O presente artigo centrará sua análise nas obras escritas durante o período áureo da geração de Ladurie frente aos *Annales*, correspondente, **grosso modo**, ao período compreendido entre as décadas de 1960 e 1980.

Ateava-se uma guerra religiosa que iria durar quarenta anos. Na sociedade laica, esfomeada de terra, em que os arroteadores, as famílias numerosas e os açambarcadores de terras, completamente incapazes de fazer aumentar os seus rendimentos por hectare, se precipitavam, havia já sessenta anos, para os novos sulcos, nos últimos lotes, punha-se, do mesmo passo, o problema dos bens da Igreja: quem iria apoderar-se do 'Temporal' do clero? (LADURIE, 1997a, p. 189).

Já o mental encontra seu lugar na ponta oposta da cadeia de determinações da Ladurie, como se vê em sua análise da presença do mágico no cotidiano camponês:

A expansão do número de seres humanos, como já vimos, não fora acompanhado pelo crescimento harmonioso das riquezas; e este malogro social teve o seu equivalente no nível das tomadas de consciência, das lutas agrárias e dos impulsos inconscientes. Porque a liberdade terrena não venceu, a angústia voltou, em força, com seus velhos delírios. E vemos reaparecer, no comportamento das massas populares, as recorrências de um 'pensamento selvagem' (LADURIE, 1997a, p. 223).

Assim, o crescimento demográfico causa um aumento da atividade econômica que não tem contrapartida no aumento da riqueza para o agricultor comum, o que gera um apelo ao sobrenatural como saída para as frustrações camponesas. O fator ecodemográfico conduz ao econômico que conduz ao social que conduz ao mental - um modelo mais complexo que o apresentado em suas obras de cunho metodológico.

Passemos agora a *Montaillou*, exaustiva reconstrução da vida de uma aldeia ocitânica na Baixa Idade Média. A arquitetura do texto não surpreende ao leitor familiarizado com a obra do autor. A primeira parte (denominada *Ecologia de Montaillou*) prepara o terreno para a segunda, contendo os fatores que tanto interessam a Ladurie: clima, relevo, demografia, seguindo então para a economia, a sociedade e as mentalidades. A estrutura é típica de sua obra e de seus contemporâneos dos *Annales*, e é a partir dessa estrutura que na segunda parte se desenrolará o cotidiano da aldeia. Como novidade, uma grande influência da antropologia na análise das estruturas familiares e de parentesco, sinalizando o imenso interesse dedicado pela historiografia às questões culturais a partir dos anos 1970.

No estudo do cotidiano da aldeia, Ladurie descarta os conflitos sociais: para ele, o tamanho da aldeia e sua pobreza impediam um corte sociológico, sendo a diferença econômica apenas de grau de riqueza (ou pobreza) dentro de uma comunidade camponesa. Além disso, a distância dos poderes instituídos (Rei da França, Inquisição, Bispado, Senhorio) tornaria a opressão menos odiosa. No entanto, pode-se perguntar: todas essas instituições tinham representantes locais; não seriam estes alvos do ódio, mesmo que discreto, da população? Ao estudar a família dominante na localidade, os Clergue (à qual pertenciam dois irmãos, o bailio e o cura da aldeia), e principalmente a desgraça em que caíram quando o bailiado mudou de mãos para um inimigo, conclui que isso apenas refletia uma luta por poder entre clãs que se assemelhavam mais a grupos mafiosos que a classes sociais (LADURIE, 1997b).

Assim, possíveis conflitos sociais são tratados como mera disputa entre pequenos grupos sedentos de poder, sem qualquer diferença social ou de visão de mundo entre eles. Se Ladurie descarta os conflitos sociais, adota postura semelhante quanto à questão religiosa, central, afinal, ao livro, em relação à qual nem sequer tenta traçar um corte sociológico entre grupos mais ou menos abertos ao catarismo. No entanto, em meio à imensa atenção dispensada ao pastor herético Pierre Maury, observa que sua adesão ao catarismo estava estruturada por um sentimento contrário aos poderes instituídos, notando que “o bom pastor é democrata até as entranhas” (LADURIE, 1997b, p. 150). Não haveria aí esboçada uma consciência de conflitos sociais levada para o terreno religioso? Ladurie nada tem a nos dizer a respeito.

Coerente com esse desinteresse em mapear os conflitos e diferenças sociais é o tratamento dado por *Montaillon* à cultura e à mentalidade (termos aparentemente intercambiáveis para o autor), pois nas páginas do livro reina a visão interclassista típica dos *Annales*: a aldeia tem uma “mentalidade coletiva”, “típica” dos “montanhese” (LADURIE, 1997b, p. 293).⁷

No todo, o livro impressiona pela exaustividade demonstrada pelo autor em sua tentativa de cobrir *todos* os aspectos da vida da pequena (250 habitantes) aldeia ocitânica. Em termos explicativos, percebem-se elementos ecológicos e demográficos (clima, relevo, casamentos, higiene, etc.) como um discreto pano de fundo a partir do qual os elementos

⁷ Essa postura interclassista seria bastante criticada pela geração posterior de historiadores da cultura, ver Vainfas (1997).

sociais e culturais são descritos; mas a ênfase nos detalhes cotidianos faz com que a cadeia de determinações se mostre menos coercitiva. A ausência de conflitos sociais e a visão interclassista das mentalidades mostram um Ladurie disposto a ver apenas o cotidiano da aldeia, construído a partir de uma estrutura onde reinam os fatores ecodemográficos. De toda forma, duas questões permanecem em aberto: o esquema explicativo de Ladurie (compartilhado com muitos de seus colegas dos *Annales*) implicaria em algum tipo de determinismo? Em segundo lugar: qual o papel da política nesse esquema? As próximas duas obras podem ajudar a fornecer as respostas.

O CARNAVAL DE ROMANS

Essa obra, de 1979, centra-se em um violento conflito ocorrido em 1580 em Romans, no Dauphiné, em contexto explosivo, marcado pelas guerras religiosas. A abertura transcorre dentro do estilo de Ladurie: o contexto demográfico, econômico e social de Romans e suas cercanias. De surpreendente, o acentuado viés de classe que Ladurie empresta às tensões regionais:

[...] o Carnaval de Romans se localiza no ponto crucial de uma situação do Dauphiné (por volta de 1579-1580), que vamos progressivamente descrever e que podemos desde já qualificar de revolucionária. Com efeito, amplos grupos camponeses se agitavam, inclusive pelas armas, contra os nobres, contra certos aspectos da dominação senhorial e sobretudo contra o privilégio nobre em matéria de impostos. A burguesia urbana também, em graus diversos, luta contra as duas ordens privilegiadas. Nas cidades, o artesanato e o povo miúdo se opõem aos burgueses ricos (LADURIE, 1979, p. 48-49).

Tal explicação poderia perfeitamente ser assinada por um marxista. A situação se mantém no segundo capítulo, que argumenta que as guerras do século XVI haviam causado um aumento nos impostos, o que tornava odioso o privilégio dos nobres e clérigos locais, dispensados do pagamento da talha. As reivindicações de igualdade fiscal, para Ladurie, estavam no centro do processo estudado. Chegando a isto o vemos - quem diria? - censurando Marx por não crer no potencial revolucionário do campesinato, a propósito do sistema judiciário francês:

ele permitia por vezes canalizar pacificamente as reivindicações da sociedade, sem o recurso perigoso à luta armada. Decididamente, os camponeses, naquela época como em outros tempos, não são a massa inerte, o ‘saco de batatas’ que falava Karl Marx, em uma agradável conversa de mesa (LADURIE, 1979, p. 66-67).⁸

O terceiro capítulo, ainda dentro da perspectiva classista, focaliza luta pela participação burguesa no poder e na maior divisão dos impostos com a nobreza e o clero. Para Ladurie, trata-se de uma aspiração burguesa ilustrada, que não se centra em questões como a igualdade iluminista, focando-se mais na noção de justiça.

Os demais capítulos seguem coerentemente a exposição da trama. Ladurie aos poucos tece as teias que unem os grupos e parece se interessar mais pelo conflito urbano, que joga burgueses contra artesãos e trabalhadores e tem inequívocos sinais de luta de classes, conceito que não é não propriamente enunciado mas norteia claramente toda a construção do livro. O capítulo 7º trata explicitamente das práticas carnavalescas dos dois grupos como uma expressão simbólica da luta de classes: de um lado o reino do carneiro (operário), de outro o reino da perdiz (burguês). Ladurie chama o primeiro de “folclore anti-ricos” (LADURIE, 1979, p. 208). Tais práticas carnavalescas aparecem, numa análise fartamente inspirada na antropologia, como apropriações do repertório folclórico que tentam colocar em destaque a posição de cada um dos grupos em disputa.

O quadro se mantém no capítulo seguinte. Ladurie prepara sua descrição do desfecho da *mardi gras* com um passeio pelas regiões da cidade, uma sociologia urbana que explica a posição tomada por cada região no momento decisivo. É interessante notar que, precisamente ao fazer um balanço do processo, Ladurie utiliza o termo **luta de classes** pela primeira vez, mas como algo que pode existir ou não, de acordo com o contexto estudado: “[...] Romans, após fevereiro de 1580, deixa definitivamente de estar ao centro do fenômeno da luta de classes, ou luta de massas, no Dauphiné” (LADURIE, 1979, p. 283).

Aqui restitui-se a coerência de Ladurie com seus livros anteriores, que sempre atiravam contra a luta de classes: para ele esse conceito só se

⁸ Em obra muito posterior Ladurie voltaria a criticar Marx por seu descrédito quanto ao potencial político camponês (1999).

aplica a conflitos abertos, de preferência belicosos. Por outro lado, a recusa a ver no conflito qualquer corte religioso é mantida do início ao fim, e explicitada no balanço final (LADURIE, 1979). Chega a citar com aprovação as teorias de Boris Porshnev e Rosa Luxemburg a respeito das revoltas populares, crendo que se encaixam perfeitamente no processo estudado no livro (LADURIE, 1979). Tipifica duas modalidades de conflito na França Renascentista: os do **tipo Ibn Khaldun** e os do **tipo Karl Marx**, o primeiro marcado pela luta entre clãs que disputam o poder (no qual por certo inclui Montaillou), o segundo pela luta de classes entre patrícios e plebeus. Conclui que os eventos de Romans são um exemplo praticamente puro do segundo tipo (LADURIE, 1979).

De toda forma *O Carnaval de Romans* é muito importante, por duas razões. Em primeiro lugar mostra o compromisso de Ladurie com a história social⁹. Em segundo - mais importante -, a questão do determinismo. Se Fernand Braudel, mestre de Ladurie e de toda uma geração de brilhantes historiadores, havia sido muito criticado por seu determinismo geográfico (BURKE, 1991; DOSSE, 1992), Ladurie sinaliza que seu modelo não tem essa implicação. Os fatores ecodemográficos estão presentes na abertura do livro, e por vezes reaparecem ao longo da trama, deixando óbvio que têm a primazia da atenção do autor. Esses fatores possibilitam um determinado sistema econômico que tem desdobramentos sociais, mas a trama social é tecida dentro das circunstâncias em que os fatores anteriores a tornam possível; eles não a determinam. Assim, a delicada trama trazida por Ladurie mostra que o social tem seus condicionantes, mas é construído no dia-a-dia dos habitantes da comunidade.

O ESTADO MONÁRQUICO

E a política? Ladurie dedicou um livro inteiro ao assunto: *O Estado Monárquico*, publicado originalmente em 1987, que já em sua introdução se mostra bastante característico, ao estabelecer uma estrutura de longa duração (a **monarquia clássica**, de 1450 a 1789) marcada por centralização política, desfeudalização do campo, formação de um estamento burocrático, urbanização, incorporação dos camponeses a uma

⁹ Aqui é impossível seguir a análise de François Dosse (1992), para o qual a obra de Ladurie exemplifica o abandono da história social por parte da terceira geração dos *Annales*, em nome de uma história das mentalidades suspensa no ar.

economia-mundo, recuperação e por fim estabilidade demográfica. O primeiro capítulo se situa dentro da temática demográfica e econômica, o que em nada surpreende o leitor. Não é estabelecido um sistema de hierarquias, mas a abertura nesses termos deixa implícito que é essa a estrutura dentro da qual se desenrolarão os fenômenos políticos.

O leitor começa a se sentir em território novo no terceiro capítulo, centrado na desfeudalização e incorporação ao reino das regiões mais afastadas de Paris, contendo apenas uma narrativa de marchas e contramarchas políticas, militares e diplomáticas dos primeiros 50 anos do período englobado pelo livro, em especial o reinado de Luís XI (1460-83), que recebe uma descrição pessoal no melhor estilo do século XIX, descrição superadjetivada, em que abundam passagens como “personagem cultivada, temível falador”, “esposo frio”, “marido fiel”, “mau filho” (LADURIE, 1994a, p. 68-69).

Não obstante, rapidamente voltamos à estruturação demográfica e econômica da situação política. Após enumerar o sucesso da política econômica do rei, Ladurie, em seu melhor estilo, reduz o papel da ação humana na História. Afinal, Luís XI havia reinado precisamente no período de recuperação demográfica após o século que se seguiu à peste negra: “As circunstâncias eram amplamente positivas sob esse aspecto. O undécimo Luís é em primeiro lugar um rei de boa e mesmo excelente conjuntura. Ele não tem grande participação nisso [...]” (LADURIE, 1994a, p. 71).

Assim, parece ser mantido o esquema: ecodemografia que determina a economia que determina a sociedade. E a política? Ladurie não consegue articulá-la às demais instâncias, um problema nada desprezível em um livro sobre o Estado monárquico, como se não conseguisse pensar numa articulação entre o socioeconômico e o político.

O quarto capítulo segue a nota, focando as primeiras décadas do século XVI em termos políticos, militares e diplomáticos, com longas caracterizações da personalidade dos reis, julgamentos de seus atos e até uma árvore genealógica. É significativo notar que, ao citar a passagem em que Ernest Lavisse caracteriza Anne (esposa de Luís XII) como “excelente bretã e má francesa”, Ladurie discorde meramente do diagnóstico. Não desloca de forma alguma essa discussão sobre o sentimento nacional da rainha, apenas a defende da “injúria” (LADURIE, 1994a, p. 112). Isso muito significativamente demonstra que se move no mesmo terreno que um nome dos mais emblemáticos da tradicional

história política,¹⁰ apenas dele discordando no juízo de valor emitido, mostrando uma semelhança de procedimentos com a historiografia típica do século XIX.

O capítulo seguinte se inicia em 1515 (ascensão de Francisco I), e enfoca as guerras italianas do novo rei. Para Ladurie, a explicação está na personalidade do monarca, no caso suas simpatias pelo humanismo, que lhe trariam admiração por Milão, Florença e Veneza, uma explicação que obviamente se conecta diretamente à visão dos historiadores criticados pelos *Annales*, com sua ênfase na ação dos grandes personagens, ação esta inteiramente desconectada de condicionantes sociais ou econômicos, gerada pela própria personalidade do monarca, cujas preferências filosóficas por si só explicariam as campanhas militares. Ladurie termina por lamentar o fracasso francês em dominar a Itália:

[...] uma Itália parcialmente dominada pelos franceses, tal como a sonhavam Carlos VIII, Luís XII e Francisco I, teria talvez sofrido menos, na sequência dos tempos, com a opressão clerical e beata do que foi o caso, da Itália real, a do fim do século XVI e do século XVII., largamente dominada pela Espanha reacionária, ou mesmo inquisitorial. Nessa perspectiva, devemos pensar que Pávia, em 1525, foi uma derrota não apenas para a França, o que é evidente, mas também para os progressos eventuais e posteriores da liberdade peninsular? (LADURIE, 1994a, p. 132).

Assim, a primeira parte do livro se encerra deixando uma sensação bastante estranha ao leitor. A discussão ecodemográfica e econômica se restringe a um capítulo inicial, desaparecendo das análises posteriores, totalmente estruturadas nas ações pessoais de cada rei (freqüentemente julgados por suas qualidades pessoais) - ação esta que, salvo exceções, não parece ser condicionada pelas estruturas demográficas, econômicas ou sociais: nas tramas palacianas, a periodização é feita em termos de reinados e a expansão da França através de guerras aparece como dádiva aos anexados, e não como

¹⁰ François Dosse chega a chamar o período dominado pela história política à qual os *Annales* se opuseram de “Era Lavisser” (1992, p. 36-42).

invasão. Tudo muito semelhante à historiografia que os *Annales* tanto criticaram.¹¹

A segunda parte se inicia com o capítulo 6, equivalente ao primeiro capítulo, mas voltado ao período 1560-1715. O mesmo esquema se repete: ecodemografia-economia-sociedade. O capítulo 7 discute a questão religiosa ao longo dos anos 1560, sem qualquer tentativa de explicação ligada à história social. A ênfase recai nos movimentos dos líderes de cada facção religiosa, em especial dentro da Corte, chegando a explicar a diferença nas áreas de penetração do calvinismo nos termos: “[...] abandona às velhas idéias católicas o conjunto do Maciço Central e também a Bretanha, sendo ambos poupados do novo culto, em razão do isolacionismo e do primitivismo infértil, típico das zonas graníticas e das regiões isoladas” (LADURIE, 1994a, p. 196). Ao invés dos fatores freqüentemente evocados por Ladurie como elementos explicativos, temos o mais banal determinismo geográfico, que transforma solos graníticos em sujeitos históricos.

No todo, a segunda parte, além de - como as demais - ser periodizada em termos de reinados (o título é *Os Valois Decadentes*), centra-se nas guerras religiosas e muito longe da história econômica, social ou mental. Fica-se preso aos desenvolvimentos políticos, militares e diplomáticos, além de lançar mão do Estado-Nação como unidade essencial de análise: “A França não se tornará tão cedo comparável à Inglaterra aberta e parlamentar do tempo de Newton e de Locke, mas pelo menos evitará a triste sorte da Espanha inquisitorial” (LADURIE, 1994a, p. 253).

A última parte, sobre o período final do período estudado, mantém o mesmo padrão. Muita política de corte, diplomacia, eventos militares, avaliações de personalidades, sem faltarem especulações sobre o vigor sexual dos reis e a celebração do ecumenismo francês pós-édito de Nantes, em contraposição à intolerância vigente no resto do mundo (são evocados Japão, Escandinávia, Inglaterra, Espanha, Rússia, Áustria, Irlanda e Alemanha como contrapontos à liberdade francesa): “A feliz situação assim criada não deixa de ter exemplo, mas permanece excepcional na escala européia e mundial” (LADURIE, 1994a, p. 269).

¹¹ Confrontar, por exemplo, com uma descrição das características da historiografia francesa nos tempos de Seignobos e Lavissee, os grandes inimigos de Bloch e Febvre (BOURDÉ; MARTIN, s.d., p. 97-118).

O livro, assim, oferece um enigma a seu intérprete. Um Ladurie firmemente enraizado na tradição dos *Annales* dá lugar a um autor que, para além do capítulo inicial de cada parte, sempre centrado em fatores ecodemográficos e econômicos, mostra-se interessado sobretudo em reis e batalhas, organiza sua narrativa em torno de reinados, dedica grande interesse às ações dos **grandes homens**, emite juízos de valor sobre cada personagem estudado e ostenta um óbvio sentimento nacionalista.¹² Após esse acidentado percurso, seria possível fazer uma análise global da obra de Emmanuel Le Roy Ladurie?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que Ladurie tinha pleno conhecimento das obras que tentavam reescrever a história política sob novos prismas, inclusive no interior dos *Annales* (1989). O que explicaria a existência do livro estudado acima? É bom notar que freqüentemente encontramos em Ladurie um vigoroso militante católico, conservador, nacionalista e antimarxista (ver em especial 1989 e 1994b). A articulação entre esses posicionamentos e sua abordagem da história política aparece em um pequeno artigo publicado a propósito do milênio da ascensão dos Capetos ao trono francês (1987), o mesmo ano de *O Estado Monárquico* (1994b), no qual afirma ter sido a monarquia essencial para a construção da nacionalidade, embora acredite que a França nasce com a Gália pré-romana, estende-se pela ocupação romana, período merovíngio e carolíngio, para desembocar finalmente na monarquia dos Capetos, que consolida o hexágono. Nota que Hugo Capeto não está sozinho no panteão: antes dele Clóvis, Carlos o Calvo e outros garantiram a existência da nação, cumprindo os desígnios da “predestinação galo-francesa” (LADURIE, 1994b, p. 115). Defende ainda que a monarquia sempre manteve uma “abertura tolerante” que permitiu a ascensão das idéias reformadoras e liberais (LADURIE, 1994b, p. 116).

A visão de Ladurie sobre a história política francesa tem, como se pode ver, muitos elementos em comuns com a de historiadores muito criticados pelos *Annales*. Além de todos os elementos já arrolados, aparece aqui a continuidade de uma França eterna que se estende dos gauleses até o presente, com um panteão correspondente de heróis

¹² Em obra posterior (2004), Ladurie, novamente ocupado com a história política, manterá muitas das posturas encontradas em *O Estado Monárquico*.

nacionais. Isso dá inteligibilidade a *O Estado Monárquico*, que aparece como descrição conjuntural inserida em um quadro de longa duração, marcado pela construção da grandeza nacional. Com toda a proximidade com tais autores, não surpreende que, exatamente como Leopold von Ranke (1979), apenas invertendo a opinião, refira-se à anexação da Alsácia-Lorena por Bismarck como “absurda” (LADURIE, 1994b, p. 243).¹³ Mais: para Ladurie (1994b), o renascimento do interesse pela história política dos anos 1980 é fruto da obra de pesquisadores conservadores, de modo que para ele o interesse por tal modalidade de história se articula com uma determinada postura política, que ele próprio abraça com prazer.¹⁴

Não obstante, essa explicação que ofereço é incompleta. Outros autores ligados ao grupo tiveram posturas em relação à história política que não diferem substancialmente daquela que vemos em *O Estado Monárquico*. Um exemplo seriam os primeiros capítulos de *A Sociedade Feudal*, em que Marc Bloch faz uma descrição bastante convencional das invasões da Alta Idade Média, descrevendo batalhas com ênfase nas atrocidades dos invasores, praticamente não deixando espaço para o econômico, o social e o mental, ao contrário do restante do livro (Gomes, 2006). Mais eloquente é o livro de Georges Duby (1992), escrito para a mesma coleção que *O Estado Monárquico*, cobrindo o período imediatamente anterior. Nele, capítulos e seções típicas dos *Annales* se alternam com outros dedicados a cada reinado do período (Luís VII, Felipe Augusto, etc.), no qual abundam os conchavos políticos e diplomáticos, batalhas, julgamentos de caráter, e assim por diante. O que pensar disso?

Acredito que, como o esquema dos *Annales* não deixa espaço para a política, seus membros se viram despreparados para lidar com o assunto, o que trouxe duas conseqüências: primeiro, uma incapacidade de articular o político às demais instâncias, de modo que suas aparições fazem desaparecer o econômico e o social; segundo, a falta de parâmetros para trabalhar o assunto, fazendo com que freqüentemente a abordagem do

¹³ Ranke (1979) inverte a afirmação, notando o quanto absurda havia sido a anexação da Alsácia por Luís XIV.

¹⁴ O conservadorismo político de Ladurie e diversos de seus contemporâneos nos *Annales* é discutido por autores como Dosse (1992) e Reis (1996). Duby (1993b) observou que seus contemporâneos que haviam sido membros do PCF na juventude (Ladurie o abandonou em 1956) eram precisamente aqueles que tinham mais horror ao marxismo após sua saída do partido. O período comunista de Ladurie é evocado por Jacques Le Goff (1998).

político se aproxime bastante daquela dos historiadores tão criticados pela escola. Assim, a obra de Ladurie não aponta necessariamente para um conservadorismo político da escola, mas caracteriza-se pela ausência de reflexão sobre o lugar da política na história. Na falta dessa reflexão, Ladurie escreveu dentro dos parâmetros ditados por suas opções pessoais.

Quanto à outra questão sobre a qual este artigo se debruçou, a resposta parece mais evidente. Está claro que Ladurie e seus colegas trabalharam dentro de um sistema que hierarquiza os fatores sociais: o ecodemográfico engendra o econômico, que organiza o social que gera o mental. François Dosse, em suas críticas devastadoras a Ladurie, parece ter razão em um ponto: sua obra transforma a economia em mera resultante do clima e da demografia, algo muito explícito em especial em *Os Camponeses do Languedoc* (DOSSE, 1992). No entanto, Dosse parece exagerar quando conclui que isso implica em uma visão puramente mecânica da história, dado que, como foi possível observar ao longo deste artigo, na obra de Ladurie os homens acabam por construir sua própria história. Tal postura aparece em *Montaillou*, em *O Carnaval de Romans* e em sua obra sobre o clima, na qual insiste que os fatores ecológicos abrem um horizonte de possibilidades, na qual o homem construirá a sua história. Nota que os germânicos migraram para o Sul da Europa por causa do frio e os vikings o fizeram por causa do calor, de modo que situações climáticas opostas trouxeram o mesmo resultado, embora o clima seja o fator explicativo central em ambos os casos (LADURIE, 1990).

Assim, as palavras de Marx (1986, p. 15) poderiam ser assinadas por Ladurie: “os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha”. A diferença se situa na parte final da sentença. Para Marx, o homem faz a história em condições muito associadas à organização e à apropriação desigual da produção; para os *Annales*, o que limita a ação humana são os fatores ecodemográficos. O que desejo notar é que se Ladurie, via de regra, escapa ao determinismo, isso não se deve ao modelo por ele adotado. O modelo ecodemográfico hierarquiza os fenômenos sociais da mesma forma que o marxista o faz. Apontar as vantagens e defeitos de um e do outro não é meu desejo. O que é importante notar aqui é que tanto um quanto o outro podem render frutos de alta qualidade nas mãos de historiadores capazes de construir, a partir deles, a explicação para o fenômeno estudado, sem recorrer a determinismos.

REFERÊNCIAS

- BLOCH, M. *A sociedade feudal*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- _____. *Os Reis Taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. 2ª ed. Lisboa: Publicações Europa-América, [19--].
- BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a escola dos annales (1929-1989)*. São Paulo: Unesp, 1991.
- DOSSE, F. *A história em migalhas: dos annales à nova história*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Unicamp, 1992.
- DUBY, G. *Idade média na França (987-1460): de Hugo Capeto a Joana D'Arc*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- _____. *O domingo de bouvines*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- _____. *A história continua*. Rio de Janeiro: Zahar: Ed. da UFRJ, 1993b.
- _____. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- FEBVRE, L. *Combates pela história*. 3. ed. Lisboa: Presença, 1989.
- GOMES, T. M. A força da tradição: a persistência do antigo regime historiográfico na obra de Marc Bloch. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 36, p. 443-459, 2006.
- LADURIE, E. L. R. *Le territoire de l'historien*. Paris: Gallimard, 1973.
- _____. L'Histoire immobile. *Annales: Économies, Sociétés, Civilizations*, ano 29, n. 3, p. 673-692, 1974.
- _____. *Le carnaval de romans: de la Chandeleur au mercredi des Cendres*. Paris: Gallimard, 1979.
- _____. *Entre los historiadores*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- _____. *Historia del clima desde el año mil*. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1990.
- _____. *O Estado Monárquico: França, 1460-1610*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994a.
- _____. *Parmi les historiens II*. Paris: Gallimard, 1994b.

- _____. *Os camponeses do Languedoc*. Lisboa: Estampa, 1997a.
- _____. *Montaillon: povoado occitânico, 1294-1324*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997b.
- _____. *O mendigo e o professor: a saga da família Platter no século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999. Tomo 1.
- _____. *Saint-Simon ou o sistema de corte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LE GOFF, J. *História e memória*. 2ª ed. Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. *Uma vida para a história: conversações com Marc Heurgon*. São Paulo: Unesp, 1998.
- _____. *Reflexões sobre a história*. Lisboa: Edições 70, 1999.
- _____. *A História nova*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MARROU, H. I. *Do conhecimento histórico*. 3ª ed. Lisboa: Ed. Pedagógica Universitária, [19--].
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte e cartas a Kugelmann*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- RANKE, L. von . As grandes potências. In: HOLANDA, S. B. (Org.). *Leopold von Ranke: história*. São Paulo: Ática, 1979. p. 65.
- REIS, J. C. *Annales: a renovação da história*. Ouro Preto: UFOP, 1996.
- _____. Marxismos e *Annales*: programas históricos antagônicos, complementares ou diferenciados?. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 19, p. 67-91, 1998.
- REVEL, J. *A Invenção da sociedade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- STOIANOVICH, T. *French historical method: the annales paradigm*. Ithaca: Cornell University Press, 1976.
- STONE, L. The revival of narrative. *Past and Present*, Oxford, n. 85, p. 3-24, 1979.
- VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.). *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Campus, 1977. p. 127-162.